

Biopolítica, técnica e poder na filosofia de Michel Foucault

Biopolítica, técnica e poder na filosofia de Michel Foucault

Isaias Augusto Pereira dos Santos¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma análise sobre os mecanismos de saber-poder na filosofia de Michel Foucault. Partindo da inserção da biopolítica nascente nas sociedades ocidentais modernas que se estruturam devido contribuição do biopoder; o conjunto de táticas e reflexões que constituem a governamentalidade da população e o disciplinamento dos indivíduos; aplicação das técnicas que reconfiguraram o interesse político sobre o corpo e o cuidado com a saúde individual e coletiva na crise emergente de Covid-19. As características aqui apresentadas buscam identificar as tecnologias de poder que se desdobram em torno da multiplicidade dos corpos.

Palavras-chave: Biopolítica. Poder. População. Saúde.

Abstract: This paper proposes an analysis of the knowledge-power mechanisms in Michel Foucault's philosophy. Starting from the insertion of nascent biopolitics in modern western societies that are structured due to the contribution of biopower; the set of tactics and reflections that constitute the governmentality of the population and the discipline of individuals; application of techniques that reconfigured the political interest in the body and the care of individual and collective health in the emerging crisis of Covid-19. The characteristics presented here seek to identify the technologies of power that unfold around the multiplicity of bodies.

Keywords: Biopolitics. Power. Population. Health.

* * *

Introdução

O presente trabalho abordará as ideias deixadas por Michel Foucault, que estabelecem temáticas acerca de problemas políticos em virtude do uso do corpo como dispositivo de garantia para as ações governamentais. Com o olhar sobre uma política voltada para a vida do indivíduo, a justificativa passa a ser a concepção da vida como força imanente voltada aos propósitos do Estado. Foucault, então, debruça-se sobre conceitos como biopolítica e biopoder, que são importantes para compreendermos a identidade da força política que se forma na modernidade e se estende até a contemporaneidade.

Os dispositivos de poder contribuem na formatação do corpo, por meio das técnicas disciplinares que produzem indivíduos dóceis e submissos ao poder. As

¹ Graduando em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: isaiasaugusps@hotmail.com.

disciplinas, neste intento, tornam-se meio para a fabricação de corpos que se adequem aos moldes e estruturas da sociedade. Neste sentido no século XVIII já não se via mais a necessidade de políticas que fomentassem a morte, pois o indivíduo vivo possuía mais valor, ou seja, a vida da população será uma preocupação constante do Estado. Por isso, no início do século XIX vai ser preciso analisar e regular as taxas de natalidade, mortalidade e a saúde da população. Esta nova racionalidade do Estado constitui um dos principais mecanismos de ação que condizem com a nova estrutura do poder que se instala, agora centrado nos fenômenos que compreendem o corpo do indivíduo e da população. Portanto, a vida passa a valer como elemento não apenas parcial, mas fundamental para a governabilidade. E, a partir disso, Foucault analisa instituições como: escolas, hospitais e prisões, por possuírem intrinsecamente o poder de controlar os corpos que se situam nesses ambientes, em vista da formatação dos indivíduos para que possuam aptidões que são de extrema importância para as atividades em sociedade.

É indispensável a análise sobre os dispositivos do poder, uma vez que a partir deles que se entende como os corpos conseguem agrupar as particularidades necessárias para uma construção normativa e punitiva de uma sociedade normalizadora. Isto implica dizer que o indivíduo aprende desde muito cedo o que é “certo” e o que é “errado”, o que lhe é “permitido” e o “não permitido”, aprende em como estabelecer vínculos sociáveis, expelindo o que é considerado “anormal” em vista da estrutura que diz o que é o “normal”. Por conseguinte, os dispositivos de segurança assujeitam a vida do indivíduo mediante as suas ações, desde o nascimento até a morte, na medida em que controlam a estrutura do local onde vivem, o que usam na alimentação, e o que vestem. Isso significa que o indivíduo encontra na modernidade dispositivos do poder que se estabelecem de modo a controlar suas ações e a conduzir para que levem uma vida dentro das perspectivas que são estabelecidas pelo Estado.

Utilizaremos a pesquisa bibliográfica para nos guiar na compreensão da análise de Michel Foucault. No percurso apresentado na primeira sessão que dispõe da condução a partir das relações do poder à compreensão da Biopolítica, estendendo-se para a relação com os processos de saúde, a estrutura espacial das cidades e a distribuição dos corpos; por fim, compreendendo como as técnicas de saber-poder apresentadas, a governamentalidade e a biopolítica se estende e se fixa com a saúde na contemporaneidade em decorrência da pandemia de Covid-19.

1. Das relações de poder à biopolítica

Inicialmente deve-se quebrar o estigma de que “o poder censura”; o poder – segundo Foucault – não é somente repressivo, o poder condiciona técnicas que conduzem os indivíduos a diferentes dimensões. Tendo em vista que não se trata “do que é o poder”, mas da analítica do poder que dispõe de mecanismos e processos nos quais regulam e conduzem os indivíduos, moldando o contato com os seres humanos de maneira individual e coletiva.

O poder encontra-se nas relações cotidianas em perspectiva micro, pois, cada relação exerce de maneira diferente uma forma de poder, que se posiciona e se organiza por meio dos micropoderes que atravessam as ações. Mediante a isto, identificamos o poder como parte dos mecanismos, elemento que se faz de fundamental importância para que estas relações existam. Neste sentido, segundo Foucault, as relações de poder existem de forma difusa englobando todas as esferas sociais e as relações constituídas são parte intrínseca dos mecanismos de poder, logo, a imagem do poder tradicional é subvertida, pois já não há a face do Príncipe ou do Soberano como rosto a determinar a lógica intrínseca do poder. Para Foucault o poder não é algo que conhecemos de modo óbvio; ele nunca é conhecido completamente; ele se produz num horizonte de indeterminação; ele instrui e institui modificações no corpo, na alma e, assim, condiciona a subjetividade.

As sociedades modernas são o início desse novo modelo de poder e as sociedades contemporâneas a expressão hiperbolizada do controle dos indivíduos e da população. O elemento que Foucault destaca é o meio pelo qual o poder se inscreve no real, que, segundo ele, é completamente diferente dos mecanismos de poder existente em sociedades anteriores. O poder se exerce sobre os corpos e em último caso sobre todos os aspectos vida. Diante disso, o uso de mecanismos, a fim de regular os fenômenos que compreendem a vida, são criados (estatística, administração, política), constituindo o que Foucault denomina de *somatocracia*². Todos os indivíduos estão

² “[...] Importância dada ao corpo, por parte do Estado, na medida de seu apoio e atenção prioritário à saúde. [...] desde o século XVIII. [...] diante da modernização das técnicas hospitalares, bem como, das ciências da saúde, houve a criação e manipulação de substâncias que potencializaram a eficácia do tratamento de certas enfermidades, como, por exemplo, o antibiótico que possui forte ação antibacteriana, antifúngica e antituberculosa. Não por acaso este aparecimento convergiu também com os grandes sistemas de seguridade social. Ou seja, pela primeira vez o homem poderia lutar de maneira eficaz contra doenças infecciosas” (FREITAS, 2019, p. 61).

submetidos aos mecanismos do poder que consegue esquadriñar cada passo, de modo que suas ações sejam monitoradas, antecipadas e controladas.

As relações que mantemos durante nossa vida – tanto o aspecto pessoal-social, como subjetivo – são atravessadas pelo poder. No entanto, vale ressaltar que as relações de poder se preenchem em vários ambientes e contextos, haja vista um aspecto familiar, nas relações afetivas e profissionais. A partir disso podemos situar o poder como ações sob outras ações, mas não no sentido equivocado de confronto. O poder se estabelece nas relações de modo a conduzir ações com o outro, fomentando o contato existente com os indivíduos. O poder se fixa de maneira produtiva e móvel. As relações de poder são móveis, perpassadas de liberdade na medida em que, sem liberdade não existe relação de poder.

O poder em Foucault é compreendido como uma rede de relações, que se origina por um lado em cada micro relação, por outro lado se expressa de forma macro, dada a sua influência, na qual cada relação produz por meio do movimento através da sociedade a força que sustenta o Estado. Segundo o autor, sua análise se baseia nessas relações estabelecidas de indivíduos a indivíduos e em como se dá sua atuação dentro dos ambientes sociais, ou seja, o poder é muito mais que uma simples força e não está situado em um local específico, em um só ambiente, é uma força estratégica que perpassa todas as estruturas sociáveis. Não sendo somente uma força que está atrelada a classe dominante e se faz imersa nas relações dos dominados; o poder são procedimentos constituídos para a condução dos indivíduos em sociedade. A análise indica que não se trata

[...] do que é o poder, mas o poder, contanto que se admita que o poder não é, justamente, uma substância, um fluido, algo que decorreria disto ou daquilo, mas simplesmente na medida em que se admita que é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consiga – justamente o poder. É um conjunto de procedimentos, e é assim e somente assim que se poderia entender que a análise dos mecanismos de poder dá início a algo como uma teoria do poder (FOUCAULT, 2008b, p. 04).

Desse modo, passamos a tratar de um conceito fundamental da analítica foucaultiana, a saber, *Biopoder*³. Este conceito aponta de modo contundente para o aspecto biológico não só do indivíduo, mas principalmente da população e através do

³ “Trata-se, definitivamente, da estatização da vida biologicamente considerada, isto é, do homem como ser vivente. A formação do biopoder, segundo Foucault, poderia ser abordada a partir das teorias do direito, da teoria política (os juristas dos séculos XVII e XVIII colocaram a questão do direito de vida e morte, a relação entre a preservação da vida, o contrato que dá origem à sociedade e a soberania) ou ao nível dos mecanismos, das técnicas e das tecnologias do poder.” (CASTRO, 2009, p. 57).

desempenho gerado pela força para as ações que integram a *governamentalidade*⁴ do Estado, no qual as análises e procedimentos que visualizam os meios encontrados por intermédio do governo para distribuir os corpos individuais com o intuito de estabelecer a condução sobre toda a população existente no território. Do mesmo modo interessa a organização dos corpos, agora vistos em uma perspectiva macro, em virtude de maximizar a força da população. Sobre biopoder, entende-se que é composto por meio do “[...] conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder”. (FOUCAULT, 2008b, p. 03), no qual exerce de maneira incisiva uma nova perspectiva sobre os posicionamentos mediante a uma adequação à política moderna: agora, visualizada sobre a vida humana, sobre questões biológicas.

Em *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*, no último capítulo, *Direito de Morte e Poder sobre a Vida*, Foucault analisa a relação existente do soberano com seus súditos no qual pautava-se pelo direito de vida e de morte sob o veredito que assegure a existência do soberano quando sua vida estiver ameaçada. Dada a situação, os súditos podem confrontar os inimigos por meio de guerras, o soberano exerce dessa maneira um poder que se estabiliza de forma indireta sobre vida e morte dos súditos. Contudo, invariavelmente, quando existe a situação extraordinária em que um dos seus súditos, se posicione a frente de sua autoridade, infringindo suas deliberações, o soberano, exerce o poder direto de matá-lo como forma de punição:

Essa morte, que se fundamentava no direito do soberano se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la. Contudo, jamais as guerras foram tão sangrentas como a partir do século XIX e nunca, guardadas as proporções, os regimes haviam, até então, praticado tais holocaustos em suas próprias populações. Mas esse formidável poder de morte — e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites — apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre

⁴ “[...] Conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’ creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’”. (FOUCAULT, 2008b, p. 143- 144).

ela, de controles precisos e regulações de conjunto. As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens (FOUCAULT, 1988, p. 128-129).

O cenário apresentado por Foucault delineia, por meio das guerras travadas em nome de um povo/nação, o racismo executado no Holocausto, evidenciando a mecânica do poder existente sobre as populações que buscavam pela defesa da vida, utilizando-se de um poder que parte da valorização do coletivo. Entenda-se, o Estado Soberano, que exerce o direito de vida e morte em sua defesa, é permeado pelo direito de existência do todo, ou seja, da população que habita seu território e sob sua guarda busca segurança.

Podemos compreender então que o poder soberano nestas sociedades em que predominou até meados do século XVII, correspondia a uma dinâmica de poder que se pautava pelo viés de “causar a morte ou deixar viver” (FOUCAULT, 1988, p. 130). Porém, quando a soberania foi sendo reestruturada percebemos então, que uma nova lógica emerge, neste momento, a vida humana passa a ser considerada o objetivo de maior importância para o governo, estabelecendo uma política de valorização à vida, visualizada pelo viés: “causar a vida ou devolver à morte” (FOUCAULT, 1988, p.130). Esta nova acomodação do poder que Foucault define como: biopolítica. A biopolítica fundamenta-se por volta do século XVIII, com sua atenção voltada para os aspectos biológicos humanas, exercendo uma “regulamentação da vida”, por isso, desdobra-se:

[...] no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população* (FOUCAULT, 1988, p. 131, grifo do autor).

A partir da compreensão do conceito de biopolítica estabelecido por Michel Foucault, é necessário situá-la em sua condição de mecanismo de poder, que a saber, situou-se em dois polos distintos. O primeiro mecanismo que se pode citar é a *anátomo-política do corpo humano*⁵, em que o corpo converte-se em objeto do poder, visando o corpo não somente para contribuir em alavancar suas habilidades, mas,

⁵ O primeiro polo “[...] centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos - tudo isso assegurados por procedimentos de poder [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

torna-lo dócil e útil, passando a ser obediente, sendo assim “A anátomo-política é um poder que se exerce sobre o corpo dos indivíduos com o objetivo principal de criar corpos submissos e dóceis.” (DANNER, 2009, p. 80).

O segundo mecanismo — a *biopolítica da população*⁶ — seu espaço de atuação se coloca no poder sobre a vida, estruturado no corpo-espécie e na mecânica do indivíduo vivo a partir de suas condições biológicas, voltadas para os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, etc. Regulando e conduzindo, o corpo, administrando-o em uma política que fomenta a importância da vida e sua contribuição para o Estado e em como por meio disso, por meio do condicionamento político estabelecido, consegue-se estruturar um governo e sua atuação na vida dos indivíduos.

A biopolítica [...] é um poder que se exerce ao nível do homem-espécie, da população. Ela trata dos fatores relacionados aos nascimentos e aos óbitos, à taxa de reprodução, à fecundidade de uma população, aos fatores relacionados ao clima, etc, enfim, aos processos relacionados à saúde da população (DANNER, 2009, p. 80).

É uma política que está pautada na vida, em gerar a vida, preocupada com todos os fatores adjacentes que interferem ou contribuem para o indivíduo. Desse modo, incumbe-se à biopolítica, por meio das estatísticas, da administração, do controle e da condução, retirar do coletivo forças em prol do desenvolvimento do capital:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que o mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 2014, p. 135).

O homem passa a viver uma vida na qual suas ações são decididas pelas formas de governo, Mas, para que isso seja executado, é preciso compreender que sob as condições disciplinares existem meios corretivos e normativos em que o Estado mostra como os indivíduos devem ser organizados, de modo a serem punidos caso suas ações não estejam em conformidade, com o que é considerado “certo” para as instituições administrativas. Essas forças formaram corpos obedientes dentro da estrutura da sociedade disciplinar, realizando os comandos que lhes forem direcionados. Tendo em

⁶ O segundo polo “[...] “Centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

vista corpos mecânicos e adestrados, corpos que são manipulados e treinados para desenvolver atividades em prol de forças econômicas, vistas, sob o viés da sociedade capitalista:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo, faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 2014, p 135-136).

O poder disciplinar⁷ da biopolítica fomenta corpos obedientes, que serão conduzidos a exercer as ações de maneira correta. Os corpos estão sujeitos a aplicação de normas, que por ventura, são a forma como o Estado vai gerir seu governo sob a atuação política dos indivíduos, Segundo Foucault, os indivíduos são seres políticos e estão submissos a atuar em suas particularidades.

2. Estruturas biopolíticas e a relação com a saúde

Por meio da tecnologia do poder disciplinar, os corpos tornaram-se objeto de produção do Estado, no que se refere às políticas de valorização da vida. Contudo, para a biopolítica, seu ponto de condução se dá por meio do coletivo, da multiplicidade, da população. Logo a biopolítica é um dispositivo no processo de quantificar as ações da população, como as taxas de natalidade, óbitos, a fecundidade da população, assim também como regular e medir seu estado de saúde. Entretanto, aqui levaremos para pontos específicos em que Foucault utiliza-se de crises sanitárias, como a varíola (séc. XVIII) e a estrutura biopolítica voltada para o cuidado com a saúde.

O processo de cuidado da saúde de uma população ocorre por meio dos mecanismos de segurança: a vigilância. Ao se espalhar numa sociedade, por exemplo, uma doença como a varíola (séc. XVIII), precisa ser monitorada, quantificada e reparada. A biopolítica, partindo de práticas do biopoder, estabelece contato com a vida, visto que o cuidado com a doença não é algo individual, está agora, refletido no conjunto da sociedade. Destarte, o Estado compõe uma nova função de desinfecção no qual a saúde pública, os mecanismos de tratamentos médicos, o fluxo de informações e

⁷ Trata-se de uma forma de poder que tem como objetivo os corpos em seus detalhes, em sua organização interna, na eficácia de seus movimentos.[...] Segundo a linguagem de Foucault, encontramos uma microfísica do poder, com uma anatomia política do corpo cuja finalidade é produzir corpos úteis e dóceis ou, se quisermos, úteis na medida de sua docilidade. Com efeito, o objetivo da disciplina é aumentar a força econômica do corpo e, ao mesmo tempo, reduzir sua força política. (CASTRO, 2009, p. 111-112).

a medicalização da população possuem a atenção dos governos e visam esquadrihar os indivíduos, no que se refere à *somatocracia*.

Saber quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual a mortalidade, quais as lesões ou quais as sequelas, que riscos se corre fazendo-se inocular, qual a probabilidade de um indivíduo vir a morrer ou pegar varíola apesar da inoculação, quais os efeitos estatísticos sobre a população em geral. (FOUCAULT, 2008b, p. 15).

Essas ações correspondem ao mecanismo de poder que existe no Estado, no qual regulamenta a vida dos indivíduos por meio da governamentalidade. Foucault, emprega, mediante a arte de governar, “[...] isto é, a maneira pensada de governar o melhor possível e também, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar”. (FOUCAULT, 2008a, p. 05). A governamentalidade que tem como foco o cuidado não somente de si, mas do outro, age por meio das ações instituídas desse método de governo, em que a biopolítica se estabeleceu e consegue gerir o governo de cada vida e da Vida.

Ao analisar as vias de infecção da varíola, Foucault evidência quatro pontos (caso, risco, perigo e crise) em que se visualizam a probabilidade referente as estratégias populacionais de identificar como o contágio se intensifica e a partir de quais aspectos a população pode ser contaminada. Para isso, se equivalem da coleta de dados, e isto tornou-se um mecanismo para que o poder governamental, junto com meios de preservação da vida, possa cuidar da população, partindo da raiz do problema, ou seja, deve avaliar a quais perigos a população está exposta. Com isso, Foucault analisa as circunstâncias que levam ao fortalecimento da segurança da população⁸. Segundo o autor, o que se entende por *caso* são:

[...] as análises quantitativas de sucesso e insucessos, de fracassos e de êxitos, quando passam a calcular as diferentes eventualidades de morte ou de contaminação [...] vai aparecer como uma distribuição de casos numa população que será circunscrita no tempo ou espaço. Aparecimento, por conseguinte, dessa noção de caso, que não é o caso individual, mas que é uma maneira de individualizar o fenômeno coletivo da doença, ou de coletivizar, mas no modo da quantificação, do racional e do identificável, de coletivizar os fenômenos, de integrar no interior de um campo coletivo fenômenos individuais (FOUCAULT, 2008b, p. 79).

⁸ Lembramos que o fortalecimento da *segurança* leva à restrição da *liberdade*, ou seja, para que a população possa usufruir da sua saúde e bem-estar deve renunciar à liberdade individual. A segurança, atende ao pressuposto do todo sobre a parte, enquanto a liberdade atende a demanda de proteger o indivíduo do coletivo. Isso equivale a dizer que a formação do Estado moderno produziu um pêndulo ondes estes dois valores são posicionados dentro do jogo do poder.

A quantificação desses casos integra a noção de *caso* coletivo da população, e assim podemos perceber que Foucault evidencia que o indivíduo não é apenas um, ou só um, o indivíduo é o todo, o conjunto de indivíduos formam o coletivo, a população. E a partir da noção de caso pode-se estabelecer que essa coletividade seja concretizada, haja vista que a estrutura biopolítica tem como ponto central conduzir e cuidar das necessidades sanitárias da população para o bem comum: a função governamental está em gerir a vida. Com a noção de *caso* exemplificada, deve-se entender agora a noção de *risco*:

[...] se a doença é assim acessível, no nível do grupo e no nível de cada indivíduo, nessa noção, nessa análise da distribuição dos casos é possível identificar a propósito de cada indivíduo ou de cada grupo individualizado qual o risco que cada um tem, seja de pegar a varíola, seja de morrer dela, seja de se curar. Pode-se então, para cada indivíduo, dada a sua idade, dado o lugar em que mora, pode-se igualmente para cada faixa etária, para cada cidade, para cada profissão, determinar qual é o risco de morbidade, o risco de mortalidade. [...] Se alguém pegar varíola, será possível determinar qual o risco de morrer dessa varíola conforme a faixa etária, se for moço, velho, se pertencer a determinado meio, se tiver determinada profissão, etc. Será possível estabelecer também, se alguém for variolizado, qual o risco de que essa vacinação ou essa variolização provoque a doença e qual o risco de, apesar dessa variolização, pegá-la mais tarde (FOUCAULT, 2008b, p. 79-80).

Isto é, o risco é estabelecido por meio do quadro quantitativo das análises de contaminação da população, e qual grau a doença pode chegar a atingir. Levando em consideração as informações que se obtém da existência de cada indivíduo, pois o governo possui dados como: o local de moradia, a idade, as enfermidades de cada um, determinando com essas informações e características, como e por quais meios podem auxiliar em amenizar a curva de contaminação existente.

O saber médico ao desenvolver pesquisas sobre a doença, torna evidente como a varíola coloca a vida da população em perigo, pois os maus hábitos, a falta de higiene, a exposição aos locais e pessoas contaminadas levam à morte em massa. Para isso, toda uma rede de apoio e cuidado à saúde será intensificado, cuidando da higiene, do meio em que a população vive, haja vista, que a intenção agora é “fazer viver”, sendo assim, aumentará o grau de informações necessárias para que se tenha os devidos cuidados com toda a população, isso significa que o levantamento de dados contribui para a compreensão da situação social através do cálculo das informações para que ações possam ser tomadas:

[...] esse cálculo dos riscos mostra logo que eles não são os mesmos para todos os indivíduos, em todas as idades, em todas as condições, em todos os lugares e meios. Assim, há riscos diferentes que revelam, de certo modo,

zonas de mais alto risco e zonas, ao contrário, de risco menos elevado, mas baixo, de certa forma. Em outras palavras, pode-se identificar assim o que é perigoso. É perigoso, [em relação à] varíola, ter menos de três anos. É mais perigoso, [em relação ao] risco de varíola, morar numa cidade do que no campo (FOUCAULT, 2008b, p. 80).

São estipuladas as probabilidades para cada meio em específico, como exemplificado, o contato para quem mora em cidades é de maior risco por conta da quantidade de pessoas que se aglomeram e a partir disso propagam o vírus. O fluxo de pessoas nas cidades é grande graças as necessidades que os indivíduos possuem e que estão lá para buscar saná-las; neste caso, as cidades, e grandes centros são de interesse constante do controle da população que é externa, e até mesmo, de quem vive de maneira interna nestes ambientes.

Fica evidente que o governo busca meios para entender o desenvolvimento social e a melhor maneira de governá-lo. Mediante as condições o Estado consegue identificar quais as situações que se levantam, e como resolvê-las. Contudo, o Estado através das análises de *casos*, *risco* e *perigo*, define o que pode ser compreendido por *crise*:

[...] pode-se identificar, de outro modo que não na categoria geral de epidemia, fenômeno de disparada, de aceleração, de multiplicação, que fazem que a multiplicação da doença num momento dado, num lugar dado, possa vir, por meio do contágio, a multiplicar os casos que, por sua vez, vão multiplicar outros casos, e isso segundo uma tendência, uma curva que pode vir a não mais se deter, a não ser que, por um mecanismo artificial, ou também por um mecanismo natural porém enigmático, possa ser controlada e o seja efetivamente. [...] A crise é esse fenômeno de disparada circular que só pode ser controlado por um mecanismo superior, natural e superior, que vai freá-lo, ou por uma intervenção artificial. (FOUCAULT, 2008b, p. 80-81).

Tendo em vista os aspectos observados, as informações levantadas para o Estado são a base para que se consiga conter as crises, não por mecanismos naturais enigmáticos, mas por meio da vacinação, que se fez um mecanismo eficiente para conter as doenças e colocar a população em uma situação estável com relação à sua saúde. Desse modo, as estatísticas, análises, e administração de dados vão contribuir para que a população possa estar segura e se contenha o grau de propagação. Portanto, por intermédio do disciplinamento dos indivíduos, no qual são levados a entender os riscos em que sua vida está sendo exposta, compreende-se que as ações que são determinadas pelo Estado contribuem para que se mantenham todos saudáveis.

2.1 Estruturas biopolíticas e a relação com a cidade

As cidades possuem estruturas que são as bases para a manutenção dos processos de socialização por meio do modelo disciplinar que individualiza a multiplicidade, “encaixando” em esquemas de manipulação e controle os indivíduos. Ao pensar no Estado como um edifício⁹, e esquematizar onde encaixar cada indivíduo dada a sua ocupação, faz com que o poder estatal seja inerte à vontade popular, uma vez que todo seu esforço está monitorado, influenciado a pensar dentro da imagem de territórios, por meio de um modelo arquitetônico no qual a população, como num jogo de tabuleiro, é movida para exercer seu papel fundamental: cumprir com as vontades governamentais.

No livro, *Segurança, Território, População*, na *Aula de 11 de janeiro de 1978*, Foucault traz o exemplo das cidades, como um dispositivo de segurança que garante a fixação dos indivíduos, e onde podem circular, graças a análise de sua arquitetura, vista agora pela distribuição espacial dos corpos, em ambientes que estruturam a organização social. Por exemplo, as capitais são cidades arquitetadas para receber pessoas de todos os lugares e contam com muitos instrumentos de interação. Nesta análise, vemos as capitais em pontos centrais de seus estados, pelo fato de buscar todas as particularidades para que os indivíduos sintam necessidade de ir até elas. Mas, aqui o mecanismo disciplinar: segurança, que se dá por intermédio do coletivo, da população, no qual as capitais são vistas como “centros” que são almejados pelos indivíduos. Conduzidos por leis, que são vigorosamente seguidas em todas as extremidades mostrando como os indivíduos devem agir. Destarte,

A capital deve ser o ornamento do território. Mas deve ser também uma relação política, na medida em que os decretos e as leis devem ter no território uma implantação tal que nenhum canto do reino escape dessa rede geral das leis e dos decretos do soberano. [...] A capital deve dar exemplo dos bons costumes. A capital deve ser o lugar em que os oradores sacros sejam os melhores e melhor se façam ouvir, deve ser também a sede das academias, pois as ciências e a verdade devem nascer aí para então se difundir no resto do país. E, enfim, um papel econômico: a capital deve ser o lugar do luxo para que constitua um lugar de atração para as mercadorias que vêm do estrangeiro, e ao mesmo tempo deve ser o ponto de redistribuição pelo comércio certo número de produtos fabricados, manufaturados, etc. (FOUCAULT, 2008b, p. 19).

⁹ [...] o Estado deve ser como um edifício. As fundações do edifício, as que estão na terra, debaixo da terra, que não vemos mas que asseguram a solidez do conjunto, são é claro os camponeses. As partes comuns, as partes de serviço do edifício, são é claro os artesãos. Quanto às partes nobres, as partes de habitação e de recepção, são os oficiais do soberano e o próprio soberano. [...] o território também deve compreender suas fundações, suas partes comuns e suas partes nobres. As fundações serão o campo, e no campo, nem é preciso dizer, devem viver os camponeses e ninguém mais que os camponeses. [...] nas pequenas cidades devem viver todos os artesãos. E, enfim, na capital, parte nobre do edifício do Estado, devem viver o soberano, seus oficiais e aqueles artesões e comerciantes indispensáveis ao funcionamento da corte e do *entourage* do soberano. (FOUCAULT, 2008b, p.18, grifo do autor).

Essa concepção mostra como os indivíduos são analisados em todos os ambientes. Foucault utiliza essas afirmações, como uma “definição de cidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 19), que a baseasse sob a soberania existente em termos de leis e decretos. Destarte, este modelo de soberania do espaço territorial qualifica “[...] a chave [...] do que deve ser uma cidade-capital” (FOUCAULT, 2008b, p. 19), partindo das circunstâncias que estabelecem seu funcionamento por meio de demandas, por exemplo, econômicas, urbanas, morais e administrativas.

No entanto, para que todos os ambientes funcionem devidamente como esperado, é preciso que haja a vigilância da cidade; a partir do momento em que as atividades comerciais de uma cidade são iniciados é notório que há circulação. A circulação da cidade se dá por meio da organização “de planejar os acessos ao exterior, essencialmente no que concerne ao consumo da cidade e a seu comércio com o exterior” (FOUCAULT, 2008b, p. 25). A circulação, assim como ao quantitativo que se refere ao trânsito de ações, que são vinculados por meio do que Foucault exemplifica como o “[...] número x de carroças, número x de passantes, número x de ladrões, número x de miasmas, [...] tantos barcos vão atracar, tantas carroças vão chegar, [...] quantos habitantes, quantos imóveis” (2008b, p. 26-27), em uma cidade formam a organização que se chama de o mecanismo de segurança.

Contudo, dadas as considerações sobre as contribuições de Michel Foucault, é fundamental pensarmos a política contemporânea sobre um novo ponto de vista, visualizando os indivíduos ao lado do governo, para que se exerçam condutas excepcionais, na qual suas vidas, suas escolhas, suas contribuições, são vigiadas por meio dos grandes avanços que se dão graças as novas formas de controles quantitativos e qualitativos, que são condicionados em ações hierárquicas de soberania governamental estabelecida para a segurança do Estado e do governo dos homens.

3. As tecnologias de poder frente à crise contemporânea de COVID-19

Tendo em vista o que Foucault estabelece para identificar o mecanismo de segurança, com base nos aspectos da saúde e da cidade, assim como a difusão da biopolítica nos processos de esquadrinhação da população, é necessário realizar uma análise a respeito do contexto atual, buscando compreender os métodos aplicados por meio do disciplinamento dos indivíduos, da população e das tecnologias de poder que

estruturaram a sociedade em virtude da pandemia do vírus de SARS-COV-2¹⁰, na qual levou ao registro de grandes quantitativos de óbitos em todo o mundo.

Vale ressaltar que a humanidade já possui registros de lutas constantes com relação a infecções virais, na qual a varíola (exemplo utilizado por Foucault) é recorrente. “A origem da varíola ainda é muito discutida e controversa. Apesar de deixar cicatrizes quase patognômicas¹¹, existem poucos relatos indicativos da doença antes do século X” (JR, 2005, p. 58). A varíola esteve presente na humanidade durante séculos, dizimando populações inteiras, e, de certa forma, orientando a humanidade para as demais infecções que viriam.

Antes de ser dizimada, a varíola trouxe novas estruturas de organização estatal para as populações, uma vez que, com base no tópico anterior, era necessário análises quantitativas e que auxiliassem ao combate. Por vias de observação, foi possível analisar aspectos como: padrões epidemiológicos, que consistiam na observação dos ambientes nos quais ocorriam grandes números de infecções. Foucault, nos diz em *Segurança, Território, População* (2008a), que as cidades são mais propensas à contaminação, devido ao fluxo constante de indivíduos que circulam e, em local de baixa densidade demográfica, os surtos da doença permaneciam mais leves.

Com o impacto posto pela grande crise sanitária enfrentada a partir de 2019, foi possível ver que os governos optaram por meios de “contenção” dos indivíduos pautados em outras crises. Partindo do ponto em que o biopoder não exclui os indivíduos, mas os coloca em processo de disciplinamento celular, percebemos que foi essencial para monitorar e separar os corpos, e isso contribui significativamente na não propagação do vírus. O confinamento do indivíduo em nível global, visto, inicialmente, como única forma de contenção do vírus, posiciona-se como um disparate contemporâneo: a humanidade, em pleno século XXI, em decorrência das grandes

¹⁰ Nome do vírus causador da doença de COVID-19. Que significada “doença do coronavírus 2019”. “Nome do vírus causador da doença de COVID-19. Que significada “doença do coronavírus 2019”. A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo o homem, camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente os coronavírus de animais podem infectar pessoas e depois se espalhar entre seres humanos como já ocorreu com o MERS-CoV e o SARS-CoV-2. Até o momento, não foi definido o reservatório silvestre do SARS-CoV-2.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

¹¹ Doenças que possuem sinais ou sintomas característicos que permitem diagnosticá-las. Ou seja, característica de uma doença específica, como por exemplo, a varíola.

contribuições das ciências e das tecnologias da informação, como as inteligências artificiais, apresentam formas de confinamento anacrônicas que se situam para a preservação da vida.

As condições que vivemos nos colocam em um paradoxo contemporâneo, no qual o momento em que a tudo se tem informação e ao mesmo tempo a humanidade encontra-se confinada à espreita de que o vírus não a atinja, sem poder ter contato com o mundo externo, a não ser por meio das tecnologias. A chuva de informações é gigantesca; o mecanismo de poder disciplinar é fundamental; a governamentalidade da população é essencial para manter o método de contenção dos indivíduos: o *isolacionismo*,

[...] cada época histórica desenvolveu sua própria tecnologia de combate a doenças contagiosas. Contra a lepra, a medieval exclusão. Contra a varíola, a biopolítica nascente, no final do século XVIII, inventou a vacina, que imuniza a maioria da população, mas põe em risco a vida de alguns indivíduos. A tecnologia biopolítica controla os fluxos, não os impede, calcula os riscos, não se importa com a vida de indivíduos concretos, mas com a vida da população (noção estatística). O confinamento celular – para cada um, uma cela, e sob exame contínuo – não é próprio à biopolítica; foi a tática disciplinar aplicada nas cidades, nos séculos XVI e XVII, contra a peste. Por isso, o confinamento atual contra a COVID-19 nos impressiona como uma tática extemporânea. Estamos num estágio biopolítico avançado, mas forçados, enquanto não há vacina, a utilizar táticas de uma época que acreditávamos revogada. Seríamos mais dispostos a aceitar a hodierna tecnologia de controle dos fluxos por algoritmos (telefones celulares informando aglomerações, possíveis contágios nos encontros) (FARHI NETO, 2020, p. 107-108).

A forma como a humanidade vêm lidando com o processo atual é de grande estranheza, devido à facilidade na qual o vírus possui de circular em uma sociedade que tem a necessidade de mover-se cotidianamente. Dessarte, o fluxo de circulação, o contato com o outro e o movimento populacional é o mecanismo com que todos os setores institucionais concentram sua manutenção. Com base nas medidas que foram sendo adaptadas, como a quarentena e as táticas disciplinares, cidades isolaram todos os ambientes que comportassem grandes aglomerações, restando somente a atuação de locais que têm a administração essencial como: centros de saúde, hospitais, farmácias e supermercados. No entanto, o processo de isolamento causou grande angústia e medo, que passaram a aterrorizar os indivíduos devido ao número exorbitante de mortes crescente e o descontrole na manutenção de corpos acometidos pelo vírus, reforçando que as atividades antes consideradas “normais” se tornem um desejo utópico distante.

O poder se encontra na disciplinarização dos corpos e na governamentalidade da população, uma vez que a preocupação é apenas uma: a vida. A pandemia atual encontra-se frente a um contexto no qual nenhuma outra esteve, a governamentalidade prontifica-se a atuar para que exista o menor número de mortes. No entanto, chegou a situação em que a *tanatopolítica*¹² se infiltra nas instituições hospitalares, uma vez que é preciso escolher *quem deve viver e quem deve morrer*, visto que o colapso já atinge as estruturas hospitalares, os médicos, enfermeiros e demais profissionais passam a ter que escolher quais indivíduos devem receber os cuidados e atenção para evitar a morte. As informações, os cuidados e as formas de prevenção são cotidianamente atualizadas em prol da preservação do macro, do coletivo, do corpo social. Observa-se que o meio recorrente, no qual foi encontrado para conter a população é a técnica de poder disciplinar: a quarentena e o toque de recolher; fazendo com que os indivíduos se mantenham isolados, no qual é preciso

[...] quadrilhar literalmente as regiões, as cidades no interior das quais existe a peste, com uma regulamentação indicando às pessoas quando podem sair, como, a que horas, o que devem ter, proibindo-lhes este ou aquele tipo de contato, obrigando-as a se apresentar a inspetores, a abrir a casa aos inspetores [...] um sistema que é de tipo disciplinar. (FOUCAULT, 2008a, p. 14).

A pandemia de Covid-19 paira sobre a maior rede de informações já existente. Dessa forma, foi possível acompanhar o percurso do vírus ao redor do mundo. As plataformas de informações deixam a população atualizada, desde o alerta emitido pela OMS (Organização Mundial de Saúde) quando declarou a pandemia de Covid-19, em 30 de janeiro de 2020. São inúmeras informações, inúmeros dados, o que nos faz colocar a prova a veracidade das informações, como destaca Harari (2020, p. 03) “o verdadeiro antídoto para as epidemias não é a segregação, mas a cooperação”. Portanto, é necessário que informações de veracidade comprovadas sejam disseminadas, uma vez que toda a humanidade padece do confronto e busca o extermínio da Covid-19, é preciso que haja cooperação informacional.

¹² “[...] a degeneração, esterilização, eugenia, eutanásia, extermínio e genocídio explicitam um conjunto de saberes, técnicas e procedimentos designados às vidas sem valor, às existências que não merecem ser vividas pois carregam uma ameaça à vida de um povo e de uma raça [...]” (SACRANO; SILVA, 2020, p. 235) A tanatopolítica é o dispositivo referente ao cálculo do poder acerca da morte. Fundamentando que a valorização da vida, no que tange a admissão da morte, compete à justificativa de eliminar um perigo biológico que favorece o fortalecimento da própria espécie. Como por exemplo: o racismo nazista, no qual é instituído que o fator biológico de determinado povo/nação implica na existência do outro, exercendo um poder de matar, regular e dizimar um povo em prol de outro.

[...] porque a melhor defesa que os humanos têm contra os patógenos não é o isolamento, mas a informação. A humanidade tem vencido a guerra contra as epidemias porque, na corrida armamentista entre patógenos e médicos, os patógenos dependem de mutações cegas, ao passo que os médicos se apoiam na análise científica da informação (HARARI, 2020, p. 04).

A atual situação global configura-se como o momento propício para a manutenção das táticas biopolíticas, pois o que se tem em foco é a *somocracia* mundial e específicas de cada país. O que auxilia na compreensão do saber-poder, que nesta situação destaca o dispositivo de poder disciplinar. No entanto, a analítica de poder em Foucault, destaca que não deve haver um poder somente repressivo, pois é preciso que o indivíduo esteja livre para que as forças das tecnologias de poder atuem. Assim, obrigar a população a determinadas atitudes a faz sentir que não existe outra alternativa, fazendo com que a população se revolte contra o governo. Vale destacar esse momento de revolta como ocorre na *Revolta da Vacina (1904)*, quando o Estado torna obrigatório a vacinação na população. Porém, por medo e até mesmo graças a desinformação e descrença na produção científica, os indivíduos não acreditavam na eficácia da vacina, assim como viam sua obrigatoriedade tornando ilegítima sua liberdade, exercitado o poder do Estado. A noção de poder em Foucault é outra: “quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não”. (FOUCAULT, 1979, p.08), o que nos leva a questionar: “porquê obedecer a este poder?”, e isto faz com que Foucault nos leve a compreender sua análise:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 1979, p. 08).

Destarte, os Estados de governo biopolítico, na situação em que se encontram não buscam outra alternativa a não ser que a população permaneça viva a todo custo, pois só se pode governar se tiver a quem seguir as normas, observando que tudo depende diretamente da população para que tenha atividade. Obter o maior número de dados possíveis da população para que possa ter em meios quantitativos, estratégias que possibilitem a chegada da “vida”, considerando o meio com o qual a preservação

chegará, consistindo na vacinação da população, a aplicação das vacinas é representada pelo sentido de favorecer a vida.

Quando a varíola chegou à humanidade muitos acreditavam que se daria de um “castigo divino”, no qual sua cura era considerada como “interferência natural”. Nunca se imaginava que sua causa seria por meio de vírus microscópicos. Chegando a considerar que a sobrevivência à doença seria um tipo de “benção”, ocasionando histeria na sociedade devido ao medo da morte. Não sendo suficiente, a humanidade usou a varíola como arma biológica em guerras, utilizando objetos infectados para contaminar o opositor. Definindo o que se pode considerar como *bioterrorismo*¹³. Mas, após a descoberta da vacina por meio de observações, que levaram 20 anos, realizadas por Edward Jenner¹⁴, houve então a vacinação por inoculação¹⁵.

O futuro no qual todo o coletivo aguarda está imerso no desejo de que o Estado exerça um bom governo, o que reforça a utopia de uma cidade devidamente governada. O desejo de que exista boas ações governamentais nos colocam em uma projeção de um futuro ideal, no qual ainda não se sabe se vai existir e por quais meios se chegará até ele. No entanto, o exercício da biopolítica encontra-se muito mais evidente pois “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder”. (FOUCAULT, 1999, p. 292-293), todo o contexto da crise sanitária atual se localiza como um problema político-biológico, em termo mais adequado: biopolítico.

¹³ O vírus da varíola pode ser considerado um armamento biológico quase perfeito, devido à sua rápida infecção de pessoas por pessoas, precisando apenas de alguém ou algo infectado para que se alastre. Bioterrorismo é o terrorismo executado por intermédio da liberação intencional de agentes biológicos, como vírus.

¹⁴ “O médico inglês Edward Jenner trabalhava no interior da Inglaterra como inoculador da varíola, quando observou, em 1775, que as pessoas que haviam apresentado a varíola da vaca (*Cowpox*) não tinham sintomas quando inoculadas pela varíola. Em suas próprias palavras: ‘... *who seemed to have undergone the Cow Pox, nevertheless, on inoculation with the Small Pox, felt its influence ...*’ (que parecia ter sofrido a varíola de vaca, no entanto, após a inoculação com varíola, sentiu sua influência). Este fenômeno parecia ser recente, possivelmente apresentando relação temporal com a interiorização da varíola e da variolização. Ao continuar suas observações, notou que as mulheres que trabalhavam com a ordenha de vacas raramente apresentavam as cicatrizes da varíola. Formulou, então, a hipótese do efeito protetor da varíola da vaca em humanos.” (TOLEDO JR, 2005, p. 62).

¹⁵ Os conhecimentos científicos angariados para conseguir o meio de produção da vacina existem através do próprio vírus. Desse modo, muitas vacinas existentes são realizadas por meio da inoculação. A inoculação consiste em usar cepas do vírus para que o sistema imunológico reconheça, se adapte e possa lutar contra o vírus quando chegar ao indivíduo.

Essa tecnologia de poder irá regular os acontecimentos existentes nesse corpo social, que é traduzido como a população. Em contato com a pandemia de Covid-19, prestará total atenção ao *somático*, e em como essa crise interfere diretamente nos campos políticos e econômicos, intensificando os modos como sua manifestação desenvolve a vida do coletivo.

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade (FOUCAULT, 1999, p. 293).

Com base no que a biopolítica busca para a população, atualmente, mais que nunca, devido ao exorbitante número de mortes globais esta tecnologia deve regular, preservar e incentivar a vida. Reforçando o que Foucault analisa em relação aos novos modos de governos partindo das sociedades ocidentais, o futuro da população encontra-se concentrado na biopolítica e em fazer com que o corpo social permaneça governável,

[...] com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 1999, p. 294).

Contudo, a pandemia de Covid-19 nos coloca em posição de compreender como a biopolítica conseguirá governar a população frente a um futuro no qual o desejo é visto sob a perspectiva de uma utopia do governo ideal. Ademais fomentar a vida, não só em termos de natalidade, mas em processos biológicos voltados para o corpo coletivo, com os avanços tecnológicos em virtude da medicalização, fornecerá aos governos corpos formatados e dóceis que estarão dispostos a aceitar as exigências para ter saúde, e principalmente vida¹⁶.

¹⁶ A presente análise tem como foco evidenciar o movimento que a biopolítica possui enquanto processo de valorização da vida, uma vez que os métodos propostos pela Organização Mundial de Saúde – OMS são fundamentais para a manutenção do bem-estar individual e coletivo, tornando evidente o quanto se pode observar em crescimento os aspectos e ações que são propulsores para que se haja a medicalização da população, tendo como exemplo as vacinas. Para isso, a analítica foucaultiana se faz de suma importância para compreender o desenvolvimento crescente da biopolítica no corpo social.

Considerações finais

Partindo do contexto histórico analisado com base na filosofia foucaultiana em que o interesse se volta para a vida e aos corpos disciplináveis e dóceis, de modo que os mecanismos que estruturam a sociedade são visualizados por estes novos métodos que partem de uma política de valorização da vida, por meio da implementação e a configuração de aptidões que se fixam em cada indivíduo. Proporcionando o controle e a condução da multiplicidade frente ao saber-poder que insere as tecnologias de poder, os mecanismos disciplinares e de segurança no esquadramento do corpo.

A biopolítica está inserida de modo a perceber-se facilmente na contemporaneidade, ao passo em que a busca pelo direito de viver é colocada a prova em uma corrida armamentista político-científica pela fabricação de vacinas com o propósito de imunizar populações inteiras. As tecnologias científicas e de informação fazem parte do indivíduo, uma vez que suas projeções, como a cura para determinada doença e a eficácia verídica se dá através da comprovação científica, que está a um clique — ou a um comando de voz — de distância, proporcionando rápido acesso à informações que são vitais para os métodos de conter a contaminação por meio do vírus, configurada graças as tecnologias de informação que estão a cada dia compondo a extensão corporal dos indivíduos.

O homem nunca esteve tão sozinho e próximo do outro ao mesmo tempo. O cuidado de si e do outro fortalece a práxis da manutenção da vida. O ser humano está imerso em um questionamento recorrente sobre o seu futuro no pós-pandemia. Ao passo que se vive, questiona-se quais serão os meios de produção da vida para um futuro tão esperado que tem o corpo, individual e coletivo, como agente transformador da sociedade.

Referências

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DANNER, Fernando. *Michel Foucault: da anátomo-política do corpo humano à biopolítica da espécie humana*. Revista Filosofazer, Passo Fundo, ano XVIII, n.34, p.59-82, março, 2009. Disponível em: <http://filosofazer.ifibe.edu.br/index.php/filosofazerimprensa/article/view/148>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

FREITAS, Felipe Sampaio de. *Biopolítica em Michel Foucault: da individualização do sujeito à governamentalidade da população*. PPGFIL. Belém. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11945>. Acesso em: 03 de março de 2021.

FARHI NETO, Leon. *Covid-19 e ubupoder-19*. In: REICH, Evânia; BORGES, Maria de Lourdes; XAVIER, Raquel Cipriani. *Reflexões sobre uma pandemia*. Néfiponline: Florianópolis, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução de Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel de Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

HARARI, Yuval Noah. *Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade*. Tradução de Odorico Leal. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

TOLEDO JR, Antônio Carlos de Castro. *História da Variola*. Revista Médica de Minas Gerais. Minas Gerais, v. 15, n. 1, p. 58-65, set./fev. 2005. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/1461>. Acesso em: 03 de março de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Coronavírus: o que é a Covid-19?. 08/04/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 01 de julho de 2021.

SACRANO, Renan Costa Valle; SILVA, Tiago Leomões da. *Direitos humanos para quais humanos? Diálogo transversal entre as noções de biopolítica, tanatopolítica e necropolítica*. Revista Direitos, trabalho e política social. CUIABÁ, V. 7, n. 12, p. 228-246, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/10869/8089>. Acesso em: 01 de julho de 2021.